

REFORMA AGRÁRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Caio Maciel¹

Quem vier depois que se arranje

Provérbio brasileiro citado por Warren Dean (1997)

Resumo

O desenvolvimento sustentável vem ocupando um lugar crescente na Reforma Agrária brasileira, mesmo no seio de organizações de forte conotação política, como o Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST). Como consequência do aumento do número de assentamentos, bem como em função dos variados ecossistemas e das especificidades culturais e regionais, os movimentos sociais incorporam a problemática da relação homem – meio ambiente às suas preocupações e bandeiras de luta. Apesar de que ainda de forma incipiente, a busca por uma agricultura sustentável e o respeito à natureza vão se integrando à agenda da Reforma Agrária.

Palavras-chave: Geografia agrária, desenvolvimento sustentável, reforma agrária.

Abstract

Sustained growth has been gaining ground in Brazilian Agrarian Reform, even amidst organizations with strong political connotation, like the Movement of land-deprived rural workers (MST). As a consequence of the rise in land settlements, as well as a result of the various ecosystems and regional cultural specificities, these social movements incorporate the whole set of problems brought forth by the relation man/environment to their concerns and struggles. Though still in its early stage, the pursuit of a sustainable agriculture together with an attitude of respect for nature are getting into the Agrarian Reform's agenda.

Keywords: Agrarian geography, sustainable development, land reform.

A luta pela terra no Brasil assiste, desde a redemocratização do país, a um grande dinamismo de atores, propostas e bandeiras, apesar de que o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) tenha capitalizado politicamente a Reforma Agrária como uma reivindicação sua, devido principalmente à prioridade conferida às ocupações massivas de terras e à grande repercussão destas ousadas ações na imprensa. O sucesso da estratégia do movimento no “espaço comunicativo” (FERNANDES, 1996) da questão agrária brasileira impulsionou inclusive vários outros setores organizados, como a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a uma radicalização sem precedentes em seus discursos e atos, evidenciando o inegável papel vanguardista do MST.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE

A despeito desta proeminência, assiste-se no início do Milênio à crescente necessidade de re-qualificar a problemática da terra do ponto de vista político, social e econômico, incluindo em nossas considerações uma multiplicidade de fatores que anteriormente pareciam tangenciais ou encobertos, como a esfera da sustentabilidade ambiental. A emergência de um quadro mais complexo do que as análises meramente econômicas ou político-ideológicas podem abarcar representa o que MEDEIROS (1993) chama de “*progressivo descentramento da demanda*” da Reforma Agrária, na medida em que esta, cada vez mais, parece perder seu caráter de síntese dos problemas nacionais, mesmo que permaneça como um dos pontos-chave dos impasses da sociedade brasileira.

Neste “descentramento”, mantém-se a importância histórica e os dilemas dos embates pela conquista da terra, pela viabilização econômica dos assentamentos e pela melhoria das condições sociais de produção na agricultura. Entretanto, tais temas, em si mesmos sujeitos a significativas controvérsias – como aquela sobre o estatuto da agricultura familiar – encontram-se ligados a outras dimensões da dinâmica social brasileira, exigindo análises complexas e forçosamente não-consensuais do problema.

Podemos selecionar alguns grandes eixos que põem em xeque as abordagens correntes sobre o tema, de modo a ressaltar as exigências atuais de reflexão teórica e as possibilidades das opções pessoais de engajamento político. Duas perguntas maiores se colocam:

- Em primeiro lugar, qual a relação entre Desenvolvimento Sustentável e o processo de Reforma Agrária no Brasil?
- Em segundo lugar, no panorama dos movimentos sociais, quem seriam os sujeitos capazes de levar esse aspecto em consideração? Ou de forma mais direta: como o MST, principal movimento de luta, tem assumido ou pode assumir essa exigência contemporânea?

Reforma agrária e desenvolvimento sustentável

Num país dominado produtiva e politicamente pelo latifúndio, além de marcado pela devastação ambiental que se arrasta desde sua colonização, parece não fazer muito sentido questionar a relação necessariamente positiva que haveria entre sustentabilidade e democratização do acesso à terra. O argumento mais fácil apresenta como premissa que a pequena agricultura, ou agricultura familiar, representaria de maneira automática maior harmonia entre o homem e a natureza, por ser em si mesma mais diversificada ecologicamente e heterogênea social e territorialmente. A realidade, contudo, tem demonstrado o idealismo presente em tal axioma, mesmo que a escala e a velocidade da devastação provocada pela agricultura convencional sob o regime das grandes propriedades sejam, de modo inequívoco, incomparavelmente maiores (FASE, 2005).

A conquista de Projetos de Assentamento (PA's) em número crescente nas décadas de 80 e 90 do século passado levou a que o mito moderno do camponês em equilíbrio com o meio fosse posto à prova na prática, face a múltiplas situações concretas, algumas delas traumáticas. O caso da Reserva Biológica de Poço das Antas, no Rio de Janeiro, é emblemático a esse respeito (vide PEREIRA, 2005). Ao mesmo tempo, os movimentos ambientalistas passaram a disputar, no imaginário de uma população crescentemente urbana, um lugar de destaque igual ou superior ao da Reforma Agrária, e a luta pela terra teve de incorporar pouco a pouco a preocupação com a ecologia e a viabilidade ambiental dos empreendimentos dos assentados. Novas palavras de ordem se impuseram: não basta

ser pequena propriedade familiar, há que se contrapor ao sistema excludente da agricultura convencional.

Relacionado a esse último aspecto, vale ressaltar que o modelo empresarial da “Revolução Verde”, fortemente subsidiado pelo Estado, mostrou-se cada vez mais em xeque diante dos evidentes problemas sócio-ambientais que engendrou, denotando a ausência de um projeto alternativo que pudesse conjugar justiça social e equilíbrio ecológico. A Reforma Agrária, desse modo, não poderia ser a reprodução, em escala familiar, nem da miséria reinante no universo camponês tradicional, nem da dilapidação da natureza encabeçada pelo *agronegócio*.

Não se pode esquecer que os efetivos expulsos do campo, desde a década de 50, eram originários desse mesmo processo de avanço técnico (ilustrado pela *mecanização* como metáfora da agricultura moderna) e das novas relações sociais de produção exigidas pelo setor patronal. O assalariamento, visto por setores da elite intelectual como único futuro aparente do trabalho agrícola, mostrou-se altamente seletivo ou precário, originando um exército de reserva que engrossou a “*urbanização patológica*” do país e alimentou a permanente tensão do meio rural brasileiro (MARTINS, 2001).

Sobre tal impasse surgiram análises mais ou menos estruturalistas que viam na Reforma Agrária um dos pré-requisitos de uma mudança geral, revolucionária, da sociedade. Os argumentos presentes nesses discursos incluíam o padrão tecnológico, o perfil da propriedade fundiária, a regulamentação dos direitos trabalhistas e, apenas muito mais recentemente, as condições de sustentabilidade ambiental da agricultura brasileira.

Os elementos centrais das interpretações estruturalistas eram quase sempre as relações entre patrimonialismo, poder político e papel do Estado, categorias que são colocadas na gênese dos fenômenos subseqüentes, tal como explica Maria Nazareth Wanderley:

“A modernização da agricultura se efetuou sobre a base de relações sociais que cristalizaram o predomínio do proprietário sobre o produtor. Isto é, a propriedade da terra constitui no Brasil um elemento organizador da atividade agrícola. O caráter produtivo da agricultura é aqui subordinado à dinâmica gestada a partir da propriedade fundiária” (WANDERLEY, 1990).

Sendo incontestável esse caráter de subordinação da agricultura à grande propriedade no meio rural brasileiro, permanece, contudo, a dificuldade de se pensar outras variáveis que, nos tempos recentes, têm provocado mudanças importantes no cenário. No limite, a veracidade e autoridade dessas leituras pode ter influenciado a importância dada pelos movimentos sociais às reivindicações por terras e, em contrapartida, contribuído para a defasagem da emergência de uma questão ambiental no interior da luta pela Reforma Agrária. O meio ambiente seria um campo inserido *a posteriori* nas abordagens sobre a gênese dos problemas da agricultura no Brasil.

A explicitação do problema ambiental no bojo seja do pensamento acadêmico, seja da bandeira histórica da Reforma Agrária se dá, portanto, com grandes dificuldades. Observa-se o desenvolvimento de posições díspares que incluem desde a denúncia de práticas predatórias em assentamentos rurais por um ecologismo de corte conservador, até a formação de correntes “sustentabilistas” no interior ou paralelamente a movimentos sociais pré-existentes, como o próprio MST e várias Organizações Não-Governamentais (ONG’s).

Os anos 90 testemunham, sem dúvida, uma grande guinada no debate sobre o papel da Reforma Agrária, e talvez este componente ecológico implícito represente a novidade

ou o ponto mais sensível da questão, como o foi o caráter de “revolução popular” subjacente ao tema desde o seu surgimento enquanto problema nacional em meados do século XX.

Impossível deixar de mencionar o papel das ONG's neste processo, bem como o aparecimento de inúmeras iniciativas regionalizadas de gestão do espaço e da natureza, dentre as quais o movimento dos seringueiros, na Amazônia, o movimento das quebradeiras de côco babaçu no Maranhão e Piauí, as articulações de entidades para o desenvolvimento de uma agricultura adaptada ao semi-árido, no Nordeste e o movimento dos atingidos por barragens no Sul/Sudeste. O pluralismo dos sujeitos sociais herdado deste período recente reflete a diversidade e energia criativa da sociedade brasileira, tantos anos reprimida.

Assim, as tendências contemporâneas, de amplitude dificilmente resumível, podem ser ilustradas por algumas formas diferenciadas de encarar o componente do “meio ambiente”. No campo das ciências agrônômicas e da natureza, incluindo parte da geografia, distingue-se um pólo que poderia ser chamado de “agroecossistêmico”, como em MAZZETO (2001; s/d), PEREIRA (2005) ou PETERSEN (1996), onde a ênfase recai ora na *ecologia da paisagem* como diagnóstico, ora no planejamento e gestão participativa do ambiente com vias à implementação de assentamentos e sistemas agrícolas sustentáveis.

O papel da assistência técnica e das formas de associativismo é fundamental nesta abordagem, que visa garantir uma ampla socialização do conhecimento entre agricultores e cientistas, bem como possibilitar uma comercialização satisfatória da produção por meio da cooperação e outras estratégias em rede, incluindo o comércio solidário. Experiências diversas têm sido catalogadas em todo o Brasil, culminando com a realização de dois Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA), o último deles realizado em Recife, em junho do presente ano. Amplamente dominado por ONG's, o evento teve uma participação significativa de assentados, muitos sob a bandeira do MST (o que é uma novidade), mas também das federações de sindicatos rurais, grupos de mulheres e associações de pequenos produtores.

Por outro lado, autores de corte mais liberal, como RICCI (2000), saúdam o surgimento do que chamam de Novos Movimentos Sociais possivelmente antagonísticos às organizações ideologizadas que dominaram a cena até aqui, notadamente ao Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra. Ressaltam que aqueles novos sujeitos sociais, igualmente ligados à posse da terra, teriam formas de ação caracterizadas por um “*hibridismo sócio-cultural*” baseado no “*sincretismo de elementos democráticos e patrimonialistas*”, onde a *luta* (pressão) seria substituída pela *parceria* (colaboração) com diversas esferas institucionais, como ONG's, Estado, prefeituras, visando otimizar a gestão pública do território.

Neste modo de pensar, os novos atores seriam mais propensos a incluir as especificidades locais em sua pauta, e conseqüentemente lidariam melhor com a gestão sustentável do meio, o que é no mínimo controverso. O relativo abandono da perspectiva histórica tampouco ajuda a compreender as dificuldades inerentes às rugosidades espaciais e limitações impostas por processos sociais e políticos profundamente arraigados em determinados territórios, como é evidente na zona canavieira de Pernambuco. Aqui, como em muitas outras partes do país, o surgimento de novos atores se dá sobre estruturas arcaicas, sem as quais nada pode ser corretamente compreendido.

Como quer que seja, há uma busca por explicações mais pragmáticas, uma vez que as análises de cunho marxista persistem em sua retórica macro-estrutural, onde a natureza e o espaço geográfico parecem estar ausentes ou representar meros suportes para a renda fundiária, origem de todos os males. Diz Martins (*op. cit.*), aproximando-se de Wanderley que:

“[...] no Brasil a questão agrária [é] relativa à irracionalidade econômica da renda da terra para a reprodução ampliada do capital. O capital se revela, nos episódios da ocupação da Amazônia e da resistência à reforma agrária, nas últimas décadas, como capital rentista, diverso do capital e do modelo de capitalismo próprio dos países desenvolvidos. A questão agrária se apresenta como questão social, o desenraizamento como fonte de injustiças e problemas sociais. [...] essa expressão fenomênica da questão agrária tem grande poder de arregimentação, com base mais numa indignação moral do que propriamente num projeto político.”

Os que ressaltam a dimensão política do problema agrário raramente conseguem enxergar o meio ambiente como um de seus componentes. Para o autor supracitado, por exemplo, a contradição fundamental dos movimentos sociais ligados à terra é o reconhecimento do caráter conservador da agricultura familiar, eivada de valores tradicionais, e não uma necessidade de discutir a sustentabilidade ambiental do modelo da modernização. Ele sugere, a partir desse diagnóstico, que os movimentos sociais deveriam apoiar o estabelecimento de alianças que dessem continuidade às conquistas recentes dos governos democráticos, em sua opinião relevantes.

Contudo, mesmo no campo progressista há posições conflitantes, como fica nítido nas declarações do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (1998), assessor do MST: “*a luta pela reforma agrária é uma luta contra o capital. A não ser considerada dessa forma, a reforma agrária pode se tornar uma arma do capital.*” Observa-se, portanto, que partindo de mesmos referenciais pode-se chegar a horizontes dicotômicos, cujo único elo em comum é considerar o aspecto ambiental como um desdobramento totalmente subordinado às relações capitalistas de produção, quando não irrelevante.

Enfim, parece ser claro que a despeito da manutenção de alguns esquemas explicativos pouco afeitos à questão da sustentabilidade ambiental, é este o conceito mais perseguido na atualidade, quaisquer que sejam os sentidos a ele atribuídos. Dentre os economistas, uma busca pelas especificidades locais e suas potencialidades e limitações cresce vigorosamente, como mostra Ricardo Abramovay (1998):

“A dimensão territorial do desenvolvimento vem despertando cada vez mais o interesse dos cientistas sociais [...] A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.”

Para os geógrafos, as noções de desenvolvimento local e território abrem um amplo leque de debates. O interesse comum de vários campos do conhecimento sobre tais temas conduz ao debate transdisciplinar sobre a agricultura sustentável. As diferentes estratégias e sistemas agrícolas adotados pelo MST ou por outros movimentos sociais no meio rural brasileiro revelam a re-qualificação da questão agrária face ao imperativo ecológico, deixando transparecer que as disputas e tensões entre os atores envolvidos também se dão

na esfera do *como* produzir. Os estudos acerca das potencialidades da agroecologia nos assentamentos são promissores (BRASILEIRO, 2006). Pode-se dizer, então, que o esclarecimento da dinâmica sócio-territorial da sustentabilidade da agricultura vem pouco a pouco se impondo ao pensamento sobre a Reforma Agrária no Brasil.

O MST e o desenvolvimento sustentável

A par desta multiplicidade de atores e propostas, bem como pressupondo a centralidade da questão ambiental, retomamos a segunda pergunta que orienta as reflexões aqui colocadas: sendo o MST um dos principais movimentos sociais aparecidos na retomada da luta pela terra no Brasil democrático, qual o seu papel e a sua participação na construção de um “novo modelo” de agricultura? Melhor dizendo, quais as concepções de desenvolvimento sustentável que se expressam em seu bojo?

Ainda em 1990, a mais expressiva liderança do movimento, Joao Pedro Stédile, transparecia a opacidade do alto comando quanto às necessidades de transformar as maneiras de explorar os recursos naturais na agricultura, ao afirmar que nos assentamentos devia-se desenvolver ao máximo a mecanização, a tecnologia, a agroindústria etc, completando de forma fatalista: “*nao é só uma maneira de aumentarmos a produtividade do trabalho. É a única maneira de se desenvolver enquanto assentamento e se colocar como uma contraposição ao modelo da burguesia*” (STÉDILE *apud* MEDEIROS, 1993).

Como coroamento do discurso “produtivista” observa-se a defesa intransigente da coletivização do trabalho e das formas do habitat rural (as agrovilas), uma receita repisada pelo MST durante a escalada de ocupações de terra que o colocaria como a estrela maior de resistência popular ao neo-liberalismo e ao agronegócio. É preciso reconhecer, todavia, que essas posições foram sendo amenizadas ao longo da história do movimento, e graças também às ocupações ocorridas em ecossistemas muito diversos, desde os cerrados, matas pluviais, caatingas e cocais, onde havia populações tradicionais detentoras de expressivos saberes etno-ambientais.

A dimensão sócio-ambiental, com efeito, já vinha sendo discutida em segmentos das bases do movimento desde a época mesmo de sua criação (via estudantes de agronomia e agrônomos militantes), apesar da persistência enfática do produtivismo na retórica de suas lideranças. Afora a urgência política de ressaltar o *produzir* – tática de legitimação moral num país de famintos – nota-se uma defasagem entre o debate ambiental na sociedade e as linhas gerais de ação do MST. Tal atraso, é preciso reafirmar, não demoraria a ser suprido no seio dos assentamentos, sobretudo a partir da intensa integração com as universidades, ONG’s e órgãos governamentais de pesquisa e extensão, além do trabalho das instituições internacionais de apoio à Reforma Agrária.

Para a emergência do tema contribuíram, sem dúvida, a amplitude tomada pelas conquistas efetivas de assentamentos (400 mil famílias até o final da década de 90). Como lembra MAZZETTO (1998), a princípio os projetos de assentamentos não se constituíram em empreendimentos de alto potencial de impacto ecológico, mas à medida em que seu número e extensão aumentou e a forma de exploração se delineou mediante a reprodução das tecnologias existentes, os problemas ambientais afirmaram-se como cruciais. Para o autor citado, as dificuldades de incorporação do componente ecológico passam não apenas pelos órgãos gestores do governo, mas também pela própria postura do movimento dos trabalhadores rurais – preso à abordagem puramente reivindicativa – e pelo conservadorismo de boa parte do movimento ecológico.

Fica evidente que a incorporação dos critérios de sustentabilidade é um processo extremamente dinâmico no seio de cada movimento e em especial no MST, onde se

percebe um *handicap* entre os termos que orientam a agitação política, pautada na/pela mídia, e a realidade da vida cotidiana nos assentamentos já conquistados. Não raro os assentados sentem-se distanciados do universo comunicacional da atividade de luta ideológica da organização a que pertencem, em favor das vicissitudes do dia-a-dia. Foi o que aconteceu no assentamento Chico Mendes, em Pombos-PE, quando a metade dos agricultores aí assentados “rachou” com o movimento, por desentendimentos envolvendo a adoção da agricultura orgânica (BRASILEIRO, *op. cit.*).

O MST, por seu turno, é muito mais receptivo aos aspectos ambientais que possam ser tomados como elos para o seu discurso generalístico sobre a mudança da sociedade, como por exemplo no caso da luta contra os OGM's (Organismos Geneticamente Modificados) ou dos grandes desmatamentos promovidos pela expansão da soja nos cerrados, e outros eventos de forte impacto midiático e ponte para a solidariedade ecológica nacional e internacional. Existem efetivamente experiências e ações do movimento no campo da produção e da comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos, mas não de forma ampliada.

Os efeitos da territorialização da Reforma Agrária vêm forçando a reformulação de algumas dessas posturas, dentre as quais a centralidade das formas de produção, sua adequação e viabilidade ambiental. De modo concreto, ao lema “Ocupar, Resistir, Produzir”, crescem os questionamentos sobre *como* conduzir a agricultura em assentamentos que são profundamente diferenciados em suas qualidades ambientais, área e número de famílias envolvidas, sem falar das diferenças culturais. Surgem demandas que envolvem não somente os procedimentos técnicos, mas ainda todas as dimensões da existência que conformam a posse da terra como base de um modo de vida, de uma cultura.

A Reforma Agrária “ecologicamente sustentável” e “socialmente justa” prenderia-se, respectivamente, à uma racionalização das relações com o meio ambiente e à promoção da cidadania e do direito à alteridade das populações rurais marginalizadas pela modernização do campo. O conteúdo ambientalista, no primeiro caso, transparece através de um discurso óbvio aos olhos dos geógrafos, a saber, a diferenciação do quadro natural. Para MAZZETTO (*op. cit.*), o tripé *segurança alimentar/viabilidade econômica/conservação ambiental* traduz o que seria o desenvolvimento sustentável para os assentamentos, devendo cada caso ser contextualizado em diversas escalas, desde a região até o plano do antigo imóvel desmembrado, chegando aos lotes individuais.

É fato conhecido que inúmeros projetos são implantados nas vizinhanças de áreas de preservação permanente ou com restrições naturais consideráveis. A ótica ecológica propugna que os Projetos de Assentamento deveriam ser intrinsecamente ligados a um planejamento prévio da intervenção e gestão do espaço, visando garantir sua sustentabilidade ambiental. O principal limite a sua efetivação nestes termos é, evidentemente, não levar em conta a dinâmica social, o aspecto contingencial das lutas pela terra, onde a pressão e a surpresa das ações são em grande medida orientadas pela obsolescência dos latifúndios, não pelas suas qualidades ecológicas intrínsecas. Resta como desafio, senão como utopia, fazer os movimentos sociais, inclusive o MST, tomarem esse aspecto como um valor inerente ao processo de Reforma Agrária no Brasil.

Afinal, seria o Movimento dos Sem Terra o canalizador ideal das demandas ambientais da contemporaneidade? RICCI (*op. cit.*) aponta em outra direção, sublinhando que novas formas associativas poderiam melhor expressar as exigências de um modo mais equilibrado de praticar a agricultura. Esta postura, marcadamente de contraposição ao MST, ao deixá-lo de saída e em conjunto à margem da construção da sustentabilidade ambiental, defende que somente aqueles movimentos locais e carregados pelas suas especificidades territoriais poderiam obter sucesso neste campo.

Assim, a ênfase recai sobre outras organizações, que teriam na base espacial/ecológica a razão mesma de sua existência e um dinamismo próprio, uma posição antípoda (senão uma recusa) à politização geral da questão agrária. O eco encontrado por análises pós-modernas apóia-se no grande número de organizações surgidas em torno de demandas localizadas, muito específicas e sem pretensões políticas maiores, bem como na ausência de prioridade efetiva para a problemática ambiental no seio do comando do MST. Não se pode negligenciar, no entanto, a potencialidade que representa este movimento, que tem demonstrado grande capacidade de se adaptar e catalisar as insatisfações com o modelo da agricultura praticado em alguns assentamentos, despertando inclusive para as janelas de mercado da produção orgânica.

Antes de concluir, é preciso sublinhar então a flexibilização de propostas dentro do principal movimento pela terra no Brasil, fruto de quase vinte anos de debate interno e de vivências concretas no manejo do meio ambiente nos seus assentamentos. As tentativas fracassadas de imposição de modelos técnicos e organizativos, tais como a agroindústria e a coletivização, têm levado também a uma maior atenção às especificidades locais e à institucionalização de programas internos de capacitação baseados em paradigmas ambientalistas. A ênfase do MST em educação também é fruto do seu esforço em superar as deficiências de um público-alvo muito heterogêneo e pauperizado, ou seja, não raro imediatista.

Conclusão: questões a se pensar

O debate acerca da sustentabilidade ambiental da Reforma Agrária insere-se, antes de tudo, na discussão sobre qual o “lugar” da produção familiar na agricultura brasileira, tendo em vistas que este setor permanece marginalizado em relação às políticas agrícolas estatais, apesar de alguns avanços no Governo Lula (GUAZZELLI, 2006). Em segundo plano, trata-se de refletir se o MST, ao focalizar sua luta na redistribuição massiva e radical de terras, mantém acertadamente uma política eficaz no contexto geral, mas aberta aos aspectos ambientais; ou, caso contrário, prende-se a uma meta-narrativa pouco sensível às demandas diversificadas de cada situação concreta. Se assim for, somente se pode conceder ao equilíbrio ecológico um papel “retórico”, no sentido pejorativo do termo – e todos nós teremos de nos arranjar depois, em meio a uma terra arrasada.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (1998) *O Capital Social dos Territórios: Repensando o Desenvolvimento*. In: Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza/Ceará, 23a 25 de novembro de 1998 (mimeo).
- BRASILEIRO, R. S. (2006) *Agricultura orgânica e conservação ambiental: uma alternativa de fortalecimento da produção familiar no assentamento Chico Mendes, Pombos-Pernambuco*. UFPE – Programa de Pós-Graduação em Geografia, dissertação de mestrado abril de 2006.
- DEAN, W. (1997) *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras.
- FASE (2005) *Que agronegócio é esse? Por que a agricultura e a pecuária crescem sem beneficiar a população brasileira?* Fase, Rio de Janeiro, 2005.
- FERNANDES, B. M. (1996) *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec.
_____. (1998) *Que reforma agrária?* In: XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente – 4 a 8 de dezembro de 1998.
- GUZZELLI, M. J. (org.) (2006) *Agronegócio: um setor que cresce, mas não beneficia a população brasileira*. II ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, Recife, junho de 2006, libreto.
- MARTINS, J. S. (2001) *Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil*. In: Seminário Interno sobre "Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI", FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001.
- MEDEIROS, L. S. (1993) *Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões*. In: www.dataterra.org.br, acessado em junho de 2002.
- PEREIRA, M. C. B. (2005) Reforma agrária e meio ambiente: interfaces da função social e ambiental da terra. *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, anoVII, nº 14, dezembro de 2005, p.93-111.
- PETERSEN, P. (1996) *Diagnóstico Ambiental Rápido e Participativo: Levantando Informações e Mobilizando a Comunidade para um Manejo Sustentável das Terras*. In: AS-PTA. *Alternativas: Cadernos de Agroecologia*. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- RICCI, R. et. al. (2000) A Reconstrução de Identidades na Perspectiva da Gestão Pública de Territórios - O Meio Rural e a Formulação de Novos Desenhos da Regulação Estatal. *Belo Horizonte : PUC-MG/UNICAMP, Abril de 2000*.
- MAZZETTO, C.E.S. (2001) *Análise Agroambiental de Imóveis para uma Reforma Agrária Sustentável*. Minas Gerais: INCRA (mimeo).
_____. (s/d) *Sustentabilidade ambiental e gestão do uso da terra: uma*

abordagem voltada aos assentamentos de reforma agrária. In:
www.dataterra.org.br, acessado em junho de 2002.

WANDERLEY, M. N. (1990) *Questão agrária hoje: quem é o agente do progresso?*
In: XV Encontro dos Grupos Temáticos do PIPSA, Rio de Janeiro, (mimeo).